Relatório e Contas

Centro Social e Paroquial de Treixedo

31-03-2020

Entregue no: Instituto da Segurança Social, IP

> Elaborado por: Pedro J.Viana, Lda

Centro Social Paroquial de Treixedo

Rua do Calvário

3440-543 Treixedo - Santa Comba Dão

Exmº Sei	nh	or
----------	----	----

Instituto de Segurança Social

Tenho a honra de junto enviar a V. Exª o processo de **APRESENTAÇÃO DE CONTAS** desta Instituição respeitante ao ano de **2019** e do qual fazem parte os documentos seguidamente relacionados:

- ✓ Capa
- ✓ Balanço
- ✓ Demonstração dos resultados por naturezas
- ✓ Demonstração dos fluxos de caixa
- ✓ Anexo
- ✓ Balancetes antes do apuramento dos resultados
- ✓ Balancetes depois do apuramento dos resultados
- ✓ Atas de aprovação de contas

	A Direção
(s	elo branco ou carimbo)

ENTREGUE Instituto da Segurança Social

PEÇAS FINAIS DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DESOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE 2019

Nome:	Centro Social Paroquial de Treixedo						
Morada	Rua do Calvário						
Código Postal·	3440-543 Treixedo - Santa Comba Dão						
Concelho:	Santa Comba Dão						
	A DIREÇÃO DATA OE OE 2019						
	ASSINATURA DO CONTABILITA CERTIFICADO						



Balanço

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE TREIXEDO Periodo findo em 31/12/2019

Euros

RUBRICAS	NOTAS	2019	2018		
ROBRICAS	NOTAS	31/dez/19	31/12/2018		
ACTIVO					
Activo não corrente					
Activos fixos tangíveis	4.1/6	116,57	392,83		
Investimentos financeiros	4.3/13.1	88,66	88,66		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/meml					
Activo corrente					
Clientes	4.7/9/13.2	5 487,01	5 343,58		
Adiantamentos a fornecedores					
Estado e outros entes públicos	4.13/13.8	829,84	829,84		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/meml					
Outras contas a receber	4.8/13.9	186,20	77,08		
Diferimentos	13.4	1 484,44	1 484,44		
Outros activos financeiros					
Caixa e depósitos bancários	4.9/13.5	58 524,54	49 893,46		
Total do activo		66 717,26	58 109,89		
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO					
Capital próprio					
Fundos	4.11/13.6	6 562,93	6 562,93		
Reservas	4.11/13.6	2 166,32	26,62		
Resultados transitados	4.11/13.6	36 844,69	36 844,69		
Outras variações nos fundos patrimoniais	4.11/13.6	130,00	130,00		
Resultado líquido do período	4.11/13.6	7 076,76	2 139,70		
Total do fundo de capital		52 780,70	45 703,94		
Passivo					
Passivo não corrente					
Passivo corrente					
Fornecedores	4.10/13.7	2 308,63	727,10		
Estado e outros entes públicos	4.13/13.8	1 414,87	1 464,80		
Outras contas a pagar	4.8/13.9	10 213,06	10 214,05		
Total do passivo		13 936,56	12 405,95		
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		66 717,26	58 109,89		

Treixedo, 31 de Março de 2020

Demonstração de Resultados Por Natureza

Demonstração Resultados

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE TREIXEDO Periodo findo em 31/12/2019

Euros

DUDDICAS	NOTAS	PERIODOS		
RUBRICAS	NOTAS	2019	2018	
Vendas e serviços prestados	4.7/9	59 237,08	55 383,62	
Subsídios, doações e legados à exploração	10	80 952,16	77 411,90	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	828,63	8 729,50	
Fornecimentos e serviços externos	13.11	54 141,48	36 262,20	
Gastos com o pessoal	11	79 160,23	89 837,42	
Outros rendimentos e ganhos	13.12	8 383,72	4 667,33	
Outros gastos e perdas	13.13/13.14	7 084,40	207,64	
esultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		7 358,22	2 426,09	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	276,26	242,33	
esultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		7 081,96	2 183,76	
Juros e gastos similares suportados	13.13	5,20	44,06	
Resultado antes de impostos		7 076,76	2 139,70	
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período		7 076,76	2 139,70	

Treixedo, 31 de março de 2020

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração de Fluxos de Caixa

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE TREIXEDO Periodo findo em 31/12/2019

Furos

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS			
Nobilier is		2019	2018		
Fluxos de caixa das actividades operacionais					
Recebimentos de clientes e utentes		65 097,83	54 720,78		
Pagamentos a fornecedores		-47 494,78	-47 248,41		
Pagamentos ao pessoal		-58 035,45	-65 484,15		
Caixa gerada pelas operações		-40 432,40	-58 011,78		
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-64,00	0,00		
Outros recebimentos/pagamentos		-1 683,04	57 058,19		
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-42 115,44	-953,59		
Fluxos de caixa das actividades de investimento					
Pagamentos respeitantes a:					
Activos fixos tangíveis		0,00	-130,00		
Recebimentos provenientes de:		0,00	-130,00		
Subsídios ao investimento		5 737,12			
Juros e rendimentos similares		3 / 3 / , 1 2			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		5 737,12	-130,00		
Tiuxos de caixa das actividades de liivestimento (2)		3737,12	-130,00		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Financiamentos obtidos					
Doações		150,00	250,00		
Outras operações de financiamento					
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos					
Juros e gastos similares		-65,70	-44,06		
Reduções de fundos					
Outras operações de financiamento					
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		84,30	205,94		
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-36 294,02	-877,65		
Efeito das diferenças de câmbio					
Caixa e seus equivalentes no início do período		49 893,46	50 571,04		
Caixa e seus equivalentes no fim do período		58 524,54	49 893,46		

Treixedo, 31 de março de 2020

Anexo

Índice

1.	Identificação da Entidade	12
2.	Referencial Contabilístico de Preparação das Demosntrações Financeiras	12
3.	Principais Políticas Contabilísticas	12
	3.1 Bases de Apresentação	12
	3.2 Continuidade	12
	3.3 Regime do Acréscimo (periodização económica)	12
	3.4 Consistência de Apresentação	13
	3.5 Materialidade e Agregação	13
	3.6 Compensação	13
	3.7 Informação comparativa	13
4.	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	14
	4.1 Ativos Fixos Tangíveis	14
	4.2 Ativos Intangíveis	15
	4.3 Investimentos Financeiros	16
	4.4 Inventários.	16
	4.5 Instrumentos Financeiros	17
	4.6 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	18
	4.7 Clientes e outras contas a Receber	18
	4.8 Outros ativos e passivos financeiros	18
	4.9 Caixa e Depósitos Bancários	19
	4.10 Fornecedores e outras contas a pagar	19
	4.11 Fundos Patrimoniais	19
	4.12 Empréstimos Obtidos	19
	4.13 Estado e Outros Entes Públicos	19
5.	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	20
6.	Ativos Fixos Tangíveis	20
7.	Ativos Intangíveis	21
8.	Inventários	22
9.	Rédito	23
10.	Subsídios do Governo e Apoios do Governo	23
11.	Benefícios dos empregados	23
12.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	25

13.	Outras Informações	25
	13.1 Investimentos Financeiros	25
	13.2 Créditos a Receber	25
	13.3 Outros Ativos Correntes	26
	13.4 Diferimentos	26
	13.5 Caixa e Depósitos Bancários	26
	13.6 Fundos Patrimoniais	27
	13.7 Fornecedores	27
	13.8 Estado e Outros Entes Públicos	28
	13.9 Outros Passivos Correntes	28
	13.10 Subsídios, doações e legados à exploração	29
	13.11 Fornecimentos e serviços externos	29
	13.12 Outros rendimentos	30
	13.13 Outros gastos	30
	13.14 Resultados Financeiros	30
14.	Acontecimentos após a data de Balanço	31

1. Identificação da Entidade

O "CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE TREIXEDO" é uma entidade sem fins lucrativos, com sede em Rua do Calvário - Treixedo - Santa Comba Dão. Tem como atividade principal a ação social para pessoas idosas sem alojamento.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º98/2015 de 2 de junho. O Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não lucrativo é composto por:

Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria nº220/2015 de 24 dejulho;

Código de Contas (CC) - Portaria n.215/2015 de 23 de julho;

NCRF-ESNL - Aviso n. 82592/2015 de 29 de julho;

Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as descritas nos pontos seguintes.

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.3 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura

conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.4 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.5 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade está dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste Anexo.

3.6 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.7 Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e,
- Razão para a reclassificação.

4. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

4.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Indefinida
Edifícios e outras construções	6 a 50
Equipamento básico	6 a 10
Equipamento de transporte	5 a 10
Equipamento biológico	5 a 10
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	5 a 10

A entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

4.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)		
Projetos de Desenvolvimento	3 a 10		
Programas de Computador	3 a 5		
Propriedade Industrial	3 a 10		
Outros Ativos Intangíveis	3 a 10		

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil; ou,
- Houver um mercado ativo para este ativo; e,
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

4.3 Investimentos Financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por ímparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de ímparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por ímparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 - Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por ímparidade não são reversíveis.

4.4 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor dos valores entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a conclusão e venda dos inventários. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por ímparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão -de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras e os serviços que lhes estão associados que não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Consideramos que as existências finais não são materialmente relevantes pelo que o seu valor é nulo.

4.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Alterações no risco segurado;
- Alterações na taxa de câmbio;

Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:

- Entrada em incumprimento de uma das partes;
- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
- Alterações no preço do bem locado;
- Alterações na taxa de câmbio;
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

4.6 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela Entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

4.7 Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim refletir o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

4.8 Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações deste reconhecidas por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão. Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

4.9 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

4.10 Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

4.11 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou
 as normas legais aplicáveis a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

4.12 Empréstimos Obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

4.13 Estado e Outros Entes Públicos

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2011 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

5. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

6. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Exercicio 2018						(em euros)
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo Final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	30 475,62					30 475,62
Equipamento básico	67 254,84					67 254,84
Equipamento de transporte	46 387,32					46 387,32
Equipamento administrativo	14 065,61					14 065,61
Outros ativos fixos tangíveis	3 383,08	130,00				3 513,08
Total	161 566,47	130,00	0,00	0,00	0,00	161 696,47
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	30 475,62	0,00				30 475,62
Equipamento básico	66 767,88	2,71				66 770,59
Equipamento de transporte	46 387,32	0,00				46 387,32
Equipamento administrativo	14 047,41	16,69				14 064,10
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Outros ativos fixos tangíveis	3 383,08	222,93				3 606,01
Total	161 061,31	242,33	0,00	0,00	0,00	161 303,64

Exercicio 2019 (em euros)						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo Final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	130,00					130,00
Edifícios e outras construções	30 475,62					30 475,62
Equipamento básico	67 254,84					67 254,84
Equipamento de transporte	46 387,32					46 387,32
Equipamento administrativo	14 065,61					14 065,61
Outros ativos fixos tangíveis	3 383,08					3 383,08
Total	161 696,47	0,00	0,00	0,00	0,00	161 696,47
Depreciações acumulad	as					
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	30 475,62					30 475,62
Equipamento básico	66 770,59	32,50				66 803,09
Equipamento de transporte	46 387,32					46 387,32
Equipamento administrativo	14 064,10					14 064,10
Outros ativos fixos tangíveis	3 606,01	243,76				3 849,77
Total	161 303,64	276,26	0,00	0,00	0,00	161 579,90

7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Exercico 2018						(em euros)
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo Final
Custo						
Projetos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	1 274,69					1 274,69
Propriedade Industrial						
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações Acumuladas						
Projetos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	1 274,69					1 274,69
Propriedade Industrial	·	·				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercicio 2019						(em euros)
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo Final
Custo						
Projetos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	1 274,59					1 274,59
Propriedade Industrial						
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações Acumuladas						
Projetos de Desenvolvimento						
Programas de Computador	1 274,59					1 274,59
Propriedade Industrial						
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

	Exercicio 2018			
Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	8 729,50	0,00	0,00
Total	0,00	8 729,50	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das natérias consumidas				8 729,50
Variações nos inventários da produção				0,00

	Exercicio 2019			
Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	828,63	0,00	0,00
Total	0,00	828,63	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				828,63
Variações nos inventários da produção				0,00

9. Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes réditos:

		(em euros)
Descrição	2019	2018
Prestação de Serviço	s:	
Matrículas e Mensalidades de Utentes	59 237,08	55 383,62
Outros serviços	0,00	982,53
Juros	0,00	1,02
Total	59 237,08	55 384,64

10. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade de tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Total	80 952,16	77 411,90
Subsídios do Governo	80 952,16	77 411,90
Descrição	2019	2018
		(em euros)

11. Benefícios dos empregados

Os membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2019 e 2018 não usufruíram de quaisquer remunerações.

Direção:

Cargo	Nome	NIF
Presidente	Padre Vírgilio Marques Rodrigues	183987012
Vice-Presidente	Jorge Domingos Mercier Rodrigues	132091968
Tesoureiro	Maria Helena Santos Gomes Varela	124940102
1º Secretário	Carlos Alberto Rodrigues Costa	125092377
2º Secretário	Domingos Manuel Costa Marques	130982466
Vogal	Maria Natália Jorge	113935315
Vogal	José de Jesus Ferreira	132104830
Vogal	José Machado Neves dos Santos	174007949
Vogal	José Manuel Marques Pereira	164532390
Vogal	Nelson Rodrigues Dias de Andrade	141267283

Conselho Fiscal:

Cargo	Nome	NIF
Presidente	Rosa Maria Nogueira dos Santos	218308973
Vogal	Manuel Lopes dos Santos	129987425
Vogal	Fernanda Maria Santos Soares	184444424

O número médio de colaboradores ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi de 8 e em 31/12/2019 foi de 9.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

(em euros)

Descrição	2019	2018
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao pessoal	64 983,75	73 732,49
Benefícios Pós-Emprego	224,67	0,00
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	12 570,94	14 292,88
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	947,55	927,79
Gastos de Ação Social		
Outros Gastos com o Pessoal	433,32	884,26
Total	79 160,23	89 837,42

12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto -Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto -Lei 411/91, de 17 de outubro, informase que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

13.1 Investimentos Financeiros

(em euros)

		(Cili Caros)
Descrição	2019	2018
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Outros Investimentos financeiros	88,66	88,66
Perdas por Imparldade Acumuladas	0,00	0,00
Total	88,66	88,66

13.2 Créditos a Receber

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica "Créditos a receber" encontra- se desagregada da seguinte forma:

(em	euros)

Descrição	2019	2018
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes-saldo devedor	5 487,01	5 343,58
Utentes-saldo credor	0,00	0,00
Total	5 487,01	5 343,58

Nos períodos de 2019 e 2018 não foram registadas quaisquer perdas por imparidade.

13.3 Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

		(em euros)
Descrição	2019	2018
Adiantamentos ao		
pessoal		
Outros Devedores	186,20	77,08
Outros instrumentos		
financeiros		
Total	186,20	77,08

13.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

		(em euros)
Descrição	2019	2018
Gastos a reconhecer	1 484,44	1 484,44
Total	1 484,44	1 484,44
Rendimentos a reconhecer	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

13.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2019 e 2018,

		(em euros)
Descrição	2019	2018
Caixa	599,32	775,61
Depósitos à ordem	57 925,22	49 117,85
Depósitos a prazo		
Outros		
Total	58 524,54	49 893,46

encontrava-se com os seguintes saldos:

13.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

(em euros)

				(enreuros)
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	6 562,93	0,00	0,00	6 562,93
Excedentes técnicos				
Reservas	26,62	2 139,70	0,00	2 166,32
Resultados transitados	36 844,69	0,00	0,00	36 844,69
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	130,00	0,00	0,00	130,00
Resultado Liquido do periodo	2 139,70	7 076,76	2 139,70	7 076,76
Total	45 703,94	9 216,46	2 139,70	52 780,70

13.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

(em euros)

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	2 308,63	727,10
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores faturas em receção e conferência		
Total	2 308,63	727,10

13.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

(em euros)

Descrição	2019	2018
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	829,84	829,84
Outros Impostos e Taxas		
Total	829,84	829,84
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	64,00	63,00
Segurança Social	1 350,87	1 401,80
Outros Impostos e Taxas		
Total	1 414,87	1 464,80

13.9 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

(em euros)

				(0 0 0 00)
Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal		249,46		250,45
Fornecedores de Investimentos				
Credores por acréscimo de gastos		9 963,60		9 963,60
Outros credores				
Adiantamento de utentes				
Total	0,00	10 213,06	0,00	10 214,05

13.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

		(em euros)
Descrição	2019	2018
Subsídios do Estado e outros entes públicos	75 065,04	72 526,38
Subsídios de outras entidades	5 737,12	4 635,52
Doações e heranças	150,00	250,00
Legados		
Total	80 952,16	77 411,90

Os "Subsídios do Governo e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

13.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

(em	euros)

Descrição	2019	2018
Sub-contratos		
Serviços especializados	44 349,88	24 064,44
Materiais	537,92	953,36
Energia e fluidos	5 839,74	6 983,80
Deslocações, estadas e transportes	0,00	34,03
Serviços diversos	3 413,94	4 226,57
Total	54 141,48	36 262,20

13.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra -se dividida da seguinte forma:

(em euros)

Descrição	2019	2018
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em		
subsidiárias, associadas e		
empreendimentos conjuntos		
Outros rendimentos e ganhos	8 383,72	4 667,33
Total	8 383,72	4 667,33

13.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

(em euros)

Descrição	2019	2018
Impostos	0,02	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Gastos e perdas investimentos não financeiros		
Outros Gastos e Perdas	7 023,88	207,64
Total	7 023,90	207,64

13.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares

(em euros)

		(enreuros)
Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	5,20	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento	60,50	44,06
Total	65,70	44,06
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos		
Dividendos obtidos		
Outros Rendimentos similares		
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	65,70	44,06

14. Acontecimentos após a data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente Anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção